

**THE GRENDAL COLLEGE AND UNIVERSITY**  
**PROGRAMA DE MESTRADO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS**  
**EDUCAÇÃO**

**ELDER DOS SANTOS RAMIRES**

**Orientador: Prof. Dra. Allyne Evellyn F. Gomes**

**ESCOLA PARA TODOS – UM DESAFIO DO SÉCULO XXI**

**RESUMO:** O presente artigo é o terceiro de uma sequência de seis artigos que fazem uma análise da política pública de educação especial no Brasil, segundo Lino de Macedo e outros pensadores que nos convida a refletir sobre o lugar sociocultural da escola “ontem” e “hoje” e o que ela precisa mudar para ser compulsória. A escola de ontem não era, enquanto a de hoje quer sê-lo. Se a escola de ontem não era, por que a de hoje deve ser?

De certa forma, a escola sempre foi compulsória. Com frequência, deposita-se nela, a esperança e a confiança no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos daquilo que é compulsório para todos nós. De acordo com a visão de ser humano, ser compulsório é amar ao próximo como a si mesmo, ser comprometido, ser digno, responsável, etc. Sem esses valores predominariam a barbárie e a violência. Os desafios do Século XXI é uma missão de todos que devemos encarar com seriedade para garantir o direito de todos.

**Palavras-Chave:** Política Pública, Educação Especial, Atendimento Educacional.

**ABSTRACT:**

**Key words:** Public policy, Special education, Educational service.

## INTRODUÇÃO

Utilizar as ferramentas cognitivas são habilidades compulsórias ao ser humano. Para colocá-las em prática devemos classificar, selecionar, observar, fazer inferências, ordenar, comparar, quantificar, concluir, fazer escolhas, antecipar, tomar decisões, corrigir. Sem elas, a história de nossa vida ficaria muito prejudicada e sujeita a manipulações de todo tipo. A cooperação, argumentação, o trabalho em grupo, compartilhamento de tarefas, construção de coisas, diversão, criação e todo tipo de realização social são atividades compulsórias ao ser humano e sem elas, a vida não teria sentido.

As lembranças, o conhecimento adquirido ao longo da vida não são méritos da escola, uma vez que, culturas “não escolares” os desenvolvem, dominam e de modo bastante complexo. Apesar disso, na nossa sociedade, acredita-se que a escola é o lugar para desenvolver essas aquisições, principalmente, em crianças e adolescentes.

Há coisas compulsórias é porque são importantes para o ser humano e quando a escola se compromete em desenvolvê-la, é porque ela também é compulsória quanto aos conteúdos que ensina.

A escola compulsória de “ontem” era destinada a poucos alunos, que tinham condições financeiras, cognitivas, religiosas, biológicas, sociais, culturais, afetivas, de ingressar, frequentar e permanecer nela. A grande maioria das crianças não entravam ou não ficavam mais do que alguns anos, por falta de desenvolver na escola os conteúdos acima mencionados. Enquanto que a escola de “hoje” reconhece e aceita o desafio de ensinar o compulsório para todas as crianças e adolescentes. No entanto, para conseguir ser compulsória e ensinar a todas as crianças, são importantes duas considerações: a escola de “hoje” deve mudar a visão que a de “ontem” construiu sobre si e a escola de “hoje” não pode se esquecer daquilo, que continua valioso na atualidade.

É importante refletir sobre a escola na perspectiva da criança, diferenciar aluno de criança. Aluno é uma categoria sociológica ou pedagógica, que supõe tornar-se parte da comunidade, qualificar-se, dominar ou aceitar regras que possibilitam esse pertencimento à comunidade. Também, é sofrer as consequências da

compreensão da sociedade, dos valores cultivados pela escola, dos recursos e limites políticos, que dispõe para bancar seu projeto pedagógico. A exigência de hoje é que a criança se torne aluno.

Mas ser aluno é uma coisa, tornar-se alfabetizado é outra. Podemos obrigar uma criança a ser aluno, porém, não podemos exigir que aprenda, porque se trata de uma adesão afetiva e um desenvolvimento cognitivo que a condição de aluno não garante. A matrícula na escola torna a criança, um aluno, porém para tornar-se alfabetizado, é necessária uma transformação pessoal com implicações sócio culturais.

Precisamos de tempo e espaço para que aconteça o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, porque sua realização não é fácil e imediatista. A aprendizagem é algo que começa hoje, mas só se confirmará pouco a pouco, como leitor e escritor ao longo do tempo.

O espaço supõe coordenar pontos de vista, criar novas possibilidades, reorganizar a vida, melhorar ou aprofundar as estruturas cognitivas, afetivas, sociais, etc., que serve para lhe dar sustentação. Para tornar-se alfabetizado, é necessário confiar na proposta que foi feita à criança como aluno, que aprende a ler e escrever como aqueles que dominam tal habilidade e que querem ensiná-la. A exigência de hoje é que a criança se torne um aluno alfabetizado.

A Psicologia do desenvolvimento diz que uma criança não precisa da escola para ser criança. O fato de ser aluno é apenas uma possibilidade de suas necessidades. As crianças são a garantia do nosso futuro. São filhos, amigos, irmãos, primos, fazem parte da vida sócio cultural de sua comunidade, têm sua religião. Todo adulto começou sendo criança e o nosso futuro depende do presente que eles vivem, da superação de desafios, dificuldades, doenças e medo do desconhecido.

Quando nasce uma criança, a humanidade deve rever seus valores, suas formas de vida ou continuar repetindo seus erros, suas mesquinhas, sua desigualdade, seus preconceitos. A criança tem que ser aluno, porém tem que ter tempo de ser criança e brincar, caso contrário, tentará compensar a falta com violência, agressividade, fracasso na escola, brincadeiras desautorizadas, bullying.

Lino de Macedo, desconsiderou o professor, o diretor, o coordenador pedagógico e todos os outros profissionais da escola. Analisou a instituição ontem e hoje e a relação criança – aluno, pensou neles o tempo todo, só esqueceu de incluir os alunos especiais e suas necessidades, além dos direitos.

“Até que exista amplo reconhecimento e aceitação da inclusão como valor, e não como procedimento, ela não será vista como importante para todos os alunos.”

Suzan Bray Stainback

Sabemos que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais está tornando-se uma forte realidade nas escolas públicas e privadas. As dificuldades são muitas para essas crianças e para os profissionais que trabalham com elas porque os motivos que impedem o progresso rumo à inclusão na educação, de um modo geral, são multifacetados.

A escritora Suzan Bray Stainback diz que pode mencionar três áreas que considera os principais obstáculos. A padronização dos programas de ensino, da avaliação e dos métodos foi prejudicial, não apenas à inclusão, mas para toda a educação.

Os alunos são diferentes e essa diversidade entre eles é totalmente reconhecida, porém, práticas e procedimentos que ignoram essa realidade, continuam existindo na maioria dos sistemas de educação. É a inclusão dos alunos especiais que leva essa divergência entre o conhecimento educacional e a prática educacional para o primeiro plano.

Procurando resolver esta questão, foram criados procedimentos para homogeneizar os estudantes o suficiente, para que eles cumpram as exigências escolares padronizadas. As políticas de educação estabelecem que alguns deles recebam recursos extras especiais para que estes se conformem. Quando é impossível, a remoção da educação geral é ou parece ser uma conclusão lógica, porém, essa lógica é rompida com o problema inicial, a discrepância entre o

conhecimento e a prática educacional. Uma alternativa boa, seria tentar mudar o sistema, em vez de tentar mudar o aluno para se enquadrar no sistema falho.

O sistema precisa atender as necessidades deles. Essa ideia é antiga, todavia, tem sido ignorada a anos. Devido à padronização nos sistemas nos sistemas escolares, tal medida seria muito cara em termos de tempo e dinheiro e a implantação necessitaria de uma visão bastante flexível.

A maioria dos educadores reconhece os problemas da padronização. Do ponto de vista administrativo vale a pena fazer algumas mudanças simbólicas, periodicamente, no intuito de aliviar alguns problemas. A Padronização mais restritiva na avaliação e nas exigências curriculares pode tentar exacerbar alguns problemas.

As atuais condições de padronização e as tentativas de incrementá-la estão acabando com a chance de que todos os alunos aprendam juntos e realizem seu maior potencial. Outro obstáculo é a percepção de muitos de que a inclusão é um método, abordagem ou algo especial/diferente.

Muitas pessoas, educadores ou não, enxergam a inclusão como um modo alternativo de lidar com a educação e muitos educadores estão procurando se atualizar e se instruir para a inclusão, outros tentam saber como seria obter uma inclusão ideal em uma sala de aula ou em uma escola.

Suzan Bray acredita que não há um programa em múltiplas etapas para se realizar a inclusão. A inclusão não é um método e sim um valor. Ela é o que desejamos para nós mesmos e para todas as crianças, para nossa família, para todos da sociedade, a inclusão é para todos, na escola e na sociedade.

A inclusão implica em acolher todos os alunos. Não podemos retirar ou separar alguns alunos por não se “enquadrarem”. Podemos criar ideias para promover o mútuo respeito, a cooperação no valor de inclusão, pois cada grupo de alunos e cada sala de aula são únicas, diferente e precisamos o melhor caminho para atingir o que desejamos para os alunos.

Bray, defende que a Inclusão precisa ser vista como Valor e não como procedimento, do contrário, não será reconhecida como importante para todos os

alunos. Caso contrário, será vista como mais uma abordagem educacional transitória, que cairá no esquecimento como tantas outras e será trocada por outra abordagem da moda.

O terceiro motivo é a percepção mantida por muitos de “nós” e “eles”, pois é um fenômeno universal. Ele existe na Educação e Cultura, na Economia, na política e nas religiões. Têm multifaces e relaciona-se com a cultura, a raça, a capacidade, a afiliação a grupos e qualquer outra definição característica.

Eles têm uma característica que “nós” não possuímos e essa separação acontece porque muitas pessoas não viveram momentos de interação e oportunidade de aprender sobre as características dos “outros” e temem o desconhecimento, o que é diferente de si próprios. São comuns atitudes como insultos para esconder a falta de compreensão, o medo, os sentimentos de separação e de retraimentos.

A falta de identificação das pessoas ditas “normais” com as pessoas “especiais” gera desconforto e serve como justificativa para coloca-los em locais separados, junto “com os seus semelhantes”. Antigamente, crianças especiais ficavam em aulas e estabelecimentos separados, ou ficavam em casa, sem receber nenhuma educação e os adultos da época não reconheciam “eles” como pessoas e isso persiste na educação e atrapalha o movimento de apoio às diferenças para aprender e tirar proveito disso. Para respeitar cada pessoa de nossas comunidades, não devemos nem podemos separar algumas crianças durante sua vida escolar.

A segregação nas escolas não se justifica, pois temos que valorizar a diversidade existente em nossa sociedade. Todos os indivíduos fazem parte da nossa sociedade, sem precisar provar seu valor por serem diferentes. E para que esse direito se torne realidade, as crianças devem ir para a escola e aprender juntas, para que não enraíze-se o fenômeno de “nós e eles”, pois toda criança tem algo a oferecer, tem talentos que devem ser compartilhados, sem segregação e preconceito, por isso, as escolas devem estar sempre equipadas e adaptadas para atender qualquer criança com características especiais, não menosprezando a educação especial que muito tem feito por estes e devem seguir colaborando com a integração desses alunos.

Uma questão que tem que ser resolvida na inclusão, é o fato de uma criança poder representar perigo para si mesma ou para os outros. Segundo Suzan Bray, o filme *Educating Peter* (2002), conta a história da inclusão de um menino com Síndrome de Down. No filme mostra como uma escola lidou com esse caso de criança com necessidades especiais. Proteger a criança como um todo e garantir-lhes o direito de aprender juntas é essencial para todas as crianças com necessidades especiais, com comportamento agressivo e instável e para as outras, também.

O retorno dos pares é uma oportunidade para as crianças que precisam aprender a conviver socialmente de uma maneira apropriada e isso acontecerá através da interação. E as crianças, de uma forma geral, aprenderão a conviver com crianças, que além de apresentarem necessidades especiais, também apresentam comportamentos instáveis ou agressivos. Todavia, essa experiência ocorre em um ambiente “seguro”, que é a escola, onde a inclusão é desafiada todos os dias. Em alguns momentos raros, essas crianças não poderão frequentar a escola, mas como qualquer outra, poderá retornar ao ambiente escolar.

Quanto ao desempenho acadêmico em uma sala de aula heterogênea, muito já se estudou nas últimas décadas. As pesquisas do Fundo de Defesa e Educação dos Direitos dos Deficientes e da Associação Nacional de Educação (dos Estados Unidos) no final da Década de 1990, apontam benefícios na educação de todos os membros que compõem a classe. Os alunos além de se beneficiarem, expandem suas oportunidades de sucesso quando os ambientes educacionais são inclusivos. Mas as pessoas continuam se opondo a modificações no Sistema e, geralmente, são pessoas que tiveram poucas experiências com ambientes de educação heterogênea e talvez nunca tenha tido contato com pessoas deficientes ou “diferentes”.

Por outro lado, a Mídia demonstra que a pontuação dos alunos, quando se trata de excelência acadêmica é em testes padronizados e este fato representa uma grande preocupação, pois avaliam ignorando o fato de que todos nós devemos viver integrados como seres humanos.

Não há conhecimento da existência de um conjunto de regras ou métodos para produzir inclusão. Provavelmente, existem hoje, filosofias e princípios que

aumentam a possibilidade de uma escola que funciona de modo inclusivo, colaborando com toda a comunidade escolar.

Em uma escola inclusiva a dignidade e respeito é a base no tratamento de cada membro da comunidade escolar. O acolhimento e o pertencimento são a marca da escola inclusiva. Todos são solidários e se ajudam entre si. O preconceito diminui. As diferenças são encaradas como fonte desejável de Capital de aprendizagem, não são suprimidas, e sim louvável.

O papel do professor é ser facilitador de aprendizagem, organizador do ambiente em sala de aula, das experiências de aprendizagem, dos recursos e práticas usados para aprendizagem dos discentes. O importante é “aprender a aprender”. Os alunos determinam de que informações precisam e como adquiri-las. Afinal, a transformação faz parte do conhecimento.

O foco das habilidades básicas e as alternativas necessárias para conseguir ter a capacidade para ler, escrever e comunicar-se, continua sendo muito importante e será ensinado como uma maneira de aprender e não como um fim em si. A competição, na escola de inclusão, é menos valorizada que a cooperação entre os pares, se pratica o trabalho interdependente, a partilha e a atenção. Não se tem um vencedor e nem perdedores.

O sistema não tem o poder, e sim, os alunos e o professor. Os administradores educacionais ao invés de ser criados de política, são facilitadores do desenvolvimento e da implementação. Esses itens não se aplicam só à educação fundamental e ensino médio, mas também, à educação superior.

É de suma importância tanto para estudantes jovens quanto para professores potenciais, que haja ajuda recíproca, acolhimento, cooperação e poder. Existe uma estimativa, segundo Suzan Gray que mais de 30% dos professores iniciantes na carreira do magistério, abandonam a profissão nos primeiros cinco anos. Para reverter este quadro, ou pelo menos, diminuir essa taxa de desgaste, teríamos que incorporar ao Programa de Ensino, princípios de orientação e reconhecer o diferente como Capital de aprendizagem. Pois, Práticas Educacionais positivas não mudam e na educação superior, em pauta, deve ser seguida, em essência, o que é pregado.



É essencial que consigamos envolver os pais e a comunidade em uma proposta de Educação Inclusiva. Eles são partes importantes e devem conhecer o que as escolas estão fazendo e saber o porquê de estarem fazendo. Eles são bem-vindos à educação de seus filhos e seu envolvimento é muito valioso e os pais tem que saber disso. Eles devem se sentir livres para contatar o professor, conversar com os outros pais com filhos especiais ou não. Pois, todos têm que participar do Programa de Inclusão com segurança e se sentindo apoiados para que suas ações reflitam cooperação e ajuda.

Muitos pais já sofreram muito quando seus filhos deficientes ou não, foram excluídos, ridicularizados, desrespeitados, ignorados por “seus colegas” ou quando são reprovados. Com o conhecimento mútuo, a generosidade e autoconfiança tendem a aumentar, enquanto que o medo e apreensão podem ser atenuados.

Os pais de alunos especiais podem ser chamados a participar, desenvolvendo um boletim para todos os pais e membros da comunidade envolvidos, podem ser convidados a ser membros atuantes da Associação de Pais e Mestres da escola e introduzir o conceito de inclusão para pais que não se sentem familiarizados com ele. Eles, também, poderão ser convidados a participar de passeios ou outras atividades que necessitam de ajuda adicional. Os pais precisam aprender o que está acontecendo na sala de aula, participar e compreender a interação e os benefícios educacionais, que eles trazem.

Os pais, também, podem ajudar a escola a angariar recursos para novos projetos educacionais, e é importante que os pais de alunos especiais também participem e possam, ainda, ser envolvidos na resolução de problemas, comuns a todos.

Fora do âmbito escolar, os pais podem, também, ter um papel muito importante em relação à inclusão, sendo recrutados para compartilhar informações e desenvolver atividades de inclusão para que integrantes da comunidade, em geral, tenham a chance de conhecer como são os portadores de diferenças, como deficiência, religião, faixa etária, cultura, etnia, sexualidade diversificada. Também podem ser convidados a participar de uma força-tarefa em prol da inclusão. Serão desenvolvidos materiais, atividades, palestras e recomendações sobre os valores da inclusão na escola e na comunidade.

O apoio externo é parte integrante da sala de aula. Pode ajudar pais com dificuldades com seus filhos, compartilhar informações e experiências, e até mesmo dividir a atenção aos filhos.

Mas, como fazer para acelerar o processo de inclusão? Suzan Bray acha que as crianças abrirão o caminho. Elas estão vivendo a experiência e aprendendo a valorizar a inclusão.

Para promover a educação inclusiva temos que envolver os alunos em “tempestades de ideias” para resolver problemas e tomar decisões nada fáceis. Também, podemos utilizar métodos de relações públicas formais e informais envolvendo os alunos para sensibilizar e informar a sociedade sobre os benefícios da inclusão. A inclusão nas escolas é apenas um passo para alcançar a unidade na diversidade de nossa civilização e daí seremos fortes.

Entendemos que o assunto Integração/Inclusão é bastante complexo, considerando todas as diversas realidades vividas neste país, porém, é importante para a construção da Cidadania e este estudo tem o intuito de fomentar ideias sobre o princípio e a operacionalização da Integração e a Inclusão no contexto escolar.

A sociedade inclusiva surgiu a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com algum tipo de deficiência, na Década de 1980. Em vários países do mundo vem sendo feitas mudanças em setores como escolas, empresas, edifícios, áreas de lazer e espaços urbanos para facilitar a mobilidade dessas pessoas que têm o direito de ir e vir e à igualdade de oportunidades, assim como qualquer membro da população.

A ONU (Organização das Nações Unidas) é responsável pelo processo de construção de uma sociedade para todos, sempre apoiada pelo Fundo Voluntário das Nações Unidas sobre deficiência,

Romeu K. Sassaki disse que o que muda, atualmente, na vida educacional é o paradigma pelo qual deverá ser vista a inserção escolar de pessoas especiais nos níveis Jardim da Infância, infantil, fundamental I e II, médio e superior. Chama-se Paradigma da Inclusão social – com essa mudança, as escolas, sendo elas comuns ou especiais são reestruturadas para receberem de forma acolhedora

todos os alunos em potencial, não se importando com o espectro da diversidade humana, pessoas com qualquer tipo de deficiência, pessoas sem deficiência e pessoas com quaisquer características atípicas.

Quando o Sistema Educacional se adapta as necessidades dos alunos, temos a “Escola Inclusiva”, e se os alunos se adaptam ao sistema educacional, então temos “Escolas Integradas”.

Romeu diz que existe diferença entre Inclusão e Integração, contudo, afirma que ambas constituem formas de inserção. Relata que nos anos de 1960/70, a integração inspirou-se no modelo médico da deficiência, e de acordo com esse modelo, tínhamos que habilitar, educar, reabilitar a pessoa portadora de deficiência para vir a satisfazer os padrões aceitos no meio social, no qual se incluem famílias, escolas, profissionais, recreativos e ambientais.

Quanto à prática da inclusão, que teve seu início na Década de 1980, mas se consolidou somente nos anos 90, essa segue o modelo social da deficiência, e precisamos modificar a sociedade. Começando por escola, empresas, programas, serviços, ambientes físicos, etc. Só assim, seremos capazes de acolher todas as pessoas, que uma vez incluídas nessa sociedade em modificação ou modificada, terão suas necessidades atendidas, sejam elas comuns e/ou especiais.

Outra coisa que Sasaki destaca, é que o termo correto é “necessidades educacionais especiais, portanto, o termo “necessidades educativas especiais” é incorreto. O adjetivo “educativo” significa: “que educa”; instrutivo; que serve para educar”, como acontece em “métodos educativos”, “campanha educativa”, “filme educativo”. Sendo assim, é um termo que não traduz nossos objetivos – necessidades educacionais especiais.

As ações, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular pode e deve ser de vários tipos e colocadas em prática, simultaneamente. É necessário que se faça uma ampla e contínua campanha de esclarecimento ao público em geral, as autoridades educacionais, aos alunos das escolas comuns e especiais e seus familiares. Serão necessários treinamentos dos atuais e futuros professores de escolas regulares e especiais. Do conteúdo desses treinamentos deverão constar o enfoque dos conceitos inclusivistas

(autonomia, independência, empowerment, inclusão social, igualdade de oportunidades, modelo social da deficiência, rejeição zero e vida independente), a Declaração de Salamanca, os preceitos constitucionais brasileiros pertinentes ao direito à Educação no ensino regular, os princípios da inclusão escolar, os procedimentos em sala de aula e as atividades extracurriculares que fazem parte das melhores práticas de ensino-aprendizagem, já experimentadas e comprovadas por escolas inclusivas bem sucedidas.

Durante e após os treinamentos e cursos de formação, deverá ser garantido aos professores livre acesso à literatura (livros, manuais, apostilas, artigos, relatórios e material Legislativo) sobre educação inclusiva.

Os ambientes escolares e materiais de ensino-aprendizagem devem ser modificados a fim de atender os alunos com deficiência e os critérios de avaliação do rendimento escolar e de promoção nas séries também sofrerão alterações.

Na prática, essas mudanças todas em pleno ano de 2017, ainda não acontecem, as principais resistências no sentido de se conseguir uma efetiva inclusão se encontram nas escolas e também em outros setores, e é originário do desconhecimento e/ou informações equivocadas sobre o paradigma da inclusão.

Quando tratamos da Inclusão Escolar, as principais resistências partem de autoridades educacionais em todos os níveis. Professores Comuns e Especiais, no âmbito familiar e alunos com e sem deficiências.

Na Inclusão Profissional, as resistências acontecem de ambos os lados das relações de trabalho, as agências de educação profissional, os empregadores e as pessoas com deficiência e seus familiares e entre os dirigentes e profissionais especializados na área da deficiência.

Sasaki cita, também, o preconceito, e diz que, em relação à inclusão, ele pode ser reduzido. Para isso, temos que realizar ações de sensibilização da sociedade e, em seguida, mediante o convívio na diversidade/diferença humana dentro das escolas inclusivas, das empresas inclusivas, dos programas de lazer inclusivo.

Já temos os bons resultados, que nos mostram que a educação inclusiva pode melhorar o comportamento nas escolas, no lar e na comunidade; resultados

educacionais, senso de cidadania; valorização e respeito das diferenças individuais e aceitação das contribuições de todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, dentro e fora das escolas inclusivas.

Os países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Espanha, Portugal e Itália atuam na área da Inclusão desde a Década de 1970, se não em todas as escolas, pelo menos, na maioria delas.

A Inclusão é uma ação irreversível em todo o mundo, no campo educacional, principalmente, e nessa Década de experiências, eles não possuíam um modelo pedagógico pronto para ser utilizado, mas muitos materiais, de formatos diversificados (impressos, vídeos, áudios), que explicavam e relatavam problemas e soluções encontrados, treinamento de diretores, professores e pais. E um aumento considerável da prática de inclusão em muitas escolas e a inclusão passou a ser uma tendência.

Outro questionamento é sobre a Inclusão, no Brasil, do portador de deficiência no mercado de trabalho. Sabemos que esta ainda se dá, geralmente, por meio da integração, seguindo o modelo médico da deficiência.

A Integração se dava de três formas diferentes, em 1980.

1. Pessoas com deficiência eram admitidas e contratadas para trabalhar em órgãos públicos e empresas privadas, uma vez que tivessem qualificação profissional e conseguissem utilizar os espaços físicos e os equipamentos de trabalho sem nenhuma modificação.
2. Pessoas deficientes eram admitidas por empregadores que concordavam em fazer pequenas adaptações específicas para elas, por motivos práticos e não para oferecer igualdade de oportunidades e direitos.
3. Pessoas deficientes eram aceitas para trabalhar em empresas que as deixavam trabalhando em grupos, longe dos demais funcionários e do público, geralmente, sem carteira assinada e/ou, se contratadas, sem promoções ao longo do tempo.

Entretanto, era o início da Inclusão profissional entre nós brasileiros, e era uma iniciativa de poucas empresas, geralmente, multinacionais, que eram

influenciadas pelas práticas já difundidas e adotadas em seus países de origem, por essa mesma empresa.

A Literatura especializada enuncia o tempo todo, a importância da Integração Escolar de alunos com deficiência mental e as políticas educacionais nacionais e internacionais. (Mantoan, 1994; Mendes, 1994; Brasil, 1994<sup>a</sup>; Brasil, 1994b; Brasil, 1995 e Martins, 1996).

A Integração é um processo, que deve ser gradual e dinâmico e visa tornar efetivo o processo de ensino-aprendizagem das crianças, incluindo as portadoras de necessidades especiais no mesmo grupo (Brasil, 1994<sup>a</sup>) isto é, nas escolas da rede regular.

Para conseguir tornar esse processo viável é possível empregar estratégias diversificadas para a inserção, permanência e desenvolvimento dessas crianças nas escolas: a integração total (na classe comum) e a integração parcial (na classe especial), (Brasil, 1995).

Nos últimos tempos, tem-se intensificado no Brasil, as discussões e interesses sobre a Integração e inclusão escolar de alunos considerados portadores de necessidades especiais. Porém, existem questionamentos, referentes a diferentes concepções de deficiência e com esses questionamentos aparecem dúvidas

Quanto à avaliação, diagnóstico e prognóstico temos que nos preocupar, segundo Maria Sylvia Cardoso Carneiro, com: “Quem pode ser considerado deficiente? ”, como determinar um prognóstico de desenvolvimento? Qual o melhor sistema e forma de ensino para educar pessoas consideradas portadoras de necessidades educativas especiais?

Este estudo visa instrumentalizar a prática docente, vista por alguém capaz de entender a deficiência e outros estigmas de fracasso para a organização da sociedade. Vamos tentar argumentar sobre a produção da deficiência mental e o papel da educação especial sobre este e outros estigmas que indicam fracasso.

Seguindo alguns princípios teóricos, de Reuven Feuerstein e Lev Vygotsky, foram desenvolvidos alguns projetos de pesquisa e extensão universitária.

Vygotsky, nasceu em 1868 e faleceu em 1934, era russo e se tornou psicólogo. Através de uma abordagem sócio histórica da Psicologia, rompe com a ideia de uma natureza humana anterior ao social, trazendo uma nova visão de homem como sujeito histórico. Dizia que “a essência do homem é social” e que o processo ensino-aprendizagem e as interações sociais têm o papel fundamental para o desenvolvimento humano.

Reuven Feuerstein (1921) usa a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural, quando se refere a “possibilidade de o sujeito percorrer uma trajetória de desenvolvimento diferente daquela prevista pela sua genética, orgânica ou social”.

Israel vem desenvolvendo esta teoria desde o pós-guerra. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Feuerstein cursava Psicologia na Romênia e fazia, nessa época, experiências com crianças com déficit educativo e surgiram novos resultados de mudanças nas possibilidades de desenvolvimento em crianças com sérias limitações.

A partir daí Feuerstein sistematizou uma proposta teórica, tendo como base a hipótese da modificabilidade. Ele expressa em sua obra “Don’t accept me as I am” um desafio que aposta na possível mudança, no desenvolvimento da inteligência, mesmo com diagnósticos e prognósticos desfavoráveis e incrédulos ao desenvolvimento.

Com essa Proposta Teórica Metodológica, Feuerstein se aproxima das ideias de Vygotsky, mas o contexto histórico é diferente, partindo de premissas básicas do Materialismo Histórico. Ambos pensam que as aprendizagens resultam em Interações Humanas para o desenvolvimento.

## **CONCLUSÃO:**

Enfim, as escolas públicas se acham despreparadas para atender os “alunos especiais” ou “com dificuldades de aprendizagem”, ou “os que abandonaram a escola”.

No Sistema de Ensino Brasileiro falta material pedagógico, apoio financeiro e só se faz o que a Lei determina, como vimos nos casos de matrícula de alunos especiais nas redes de ensino.

As escolas não têm autonomia para aceitar ou rejeitar matrículas, mas ainda há muito preconceito, principalmente quando se fala sobre o termo que devemos usar para nos referirmos a pessoas com deficiência e que o MEC instituiu o termo “Portadores de Necessidades Especiais”. Porém, os termos “deficiente” e “excepcional”, ainda são utilizados e que o foco é sempre o “Sujeito”.

Se defende a concepção de que o sucesso escolar e a integração social dependem e estão calcadas pelas condições reais de vida, pelas dificuldades que são produzidas pelas relações que se estabelecem com esses indivíduos.

Mais do que olhar para o deficiente e examiná-lo detidamente para se compreender algo acerca da deficiência, é preciso olhar para a coletividade que o identifica como deficiente, encaixando-o em uma categoria de desviante e tratando-o distintivamente. Ninguém é deficiente por si só. Alguém é deficiente perante uma audiência e dentro de determinadas circunstâncias”.

Por fim, mantenho a análise sobre educação especial nos artigos seguintes elencando outros pontos tão importantes quanto os aqui abordados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALCUDIA. R. et al. Atenção à Diversidade. Porto Alegre, Artmed, 2002



CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Editora Mediação, 2010, 7ª Edição

FARREL, Michael. Deficiências Sensoriais e incapacidades físicas Estratégias educacionais em necessidades especiais). ARTMED, 2008

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso, POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS FORMAS ORGANIZATIVAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2006, v.12, n.3, p.299-316.

MACEDO L. de. Ensaio pedagógico: Como construir uma escola para todos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. Possibilidades de Aprendizagem. Alínea Editora – 2011 – Campinas, SP.

TORRES GONZALES, J.A., Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre, Artmed, 2002.

## **REVISTAS**

Revista Pedagógica Pátio, Ano VIII, nº 32 Novembro 2004/Janeiro 2005, ARTMED Editora S.A.

Integração, Ano VIII, nº 20, Ano 1998 Ministério da Educação e do desporto/Secretaria de Educação Especial.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

-BRASIL. MEC. INEP. **LDBEN 9394/96** que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

-Decreto  
Federal 3298/1999.

-Decreto  
Federal 5296/2004.

-Instrução  
CGEB 14/01/2015.

-UNESCO.

The Salamanca statement and framework for action on special needs education. Spain, 1994.

-Convenção da Guatemala, promulgado por Decreto em 2001

-RESOLUÇÃO SE 61, de  
11-11-2014 que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual  
de ensino. D.O.E. – Executivo I – 12-11-2014 – página 34

MACEDO L. de. Ensaios pedagógicos: Como construir uma escola para todos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

STAINBACK, S.B. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão – Construindo uma sociedade para todos. Ed. 3ª, Rio de Janeiro, 1999

## **FONTES DOCUMENTAIS**

-BRASIL. MEC. INEP. **LDBEN 9394/96** que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

-UNESCO. The Salamanca statement and framework for action on special needs education. Spain, 1994.

-Convenção da Guatemala, promulgado por Decreto em 2001